



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

ATA

**216ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA
SOCIAL
- CNPS -**

Brasília, 28 de Maio de 2015

SAS, Quadra 2, Bloco O, 9º Andar, Sala 910 - Brasília – DF
Edifício Sede do INSS

Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS

ATA DA 216ª REUNIÃO ORDINÁRIA

DATA: 26 de Maio de 2015

LOCAL: Edifício Sede do INSS - SAS, Quadra 2, Bloco O, 9º Andar, Sala 910

PRESENÇAS

Representantes do Governo

MPS - Benedito Adalberto Brunca

INSS - Elisete Berchiol Iwai

MF – Caio Guimarães Figueiredo

MP – Amarildo Saldanha de Oliveira

IPEA – Marcelo Abi-Ramia Caetano

Representações dos Aposentados e Pensionistas

COBAP – Luis Adalberto da Silva

SINDNAP – Andrea Angerami Correa da Silva Gato

Representações dos trabalhadores em atividade

Força Sindical – Antonio Cortez Moraes

UGT – Miguel Salaberry Filho

CUT - Valeir Ertle

CNPA – Daniel Alves Burle

CONTAG – Evandro José Morello

Representação dos empregadores

CNI – Rafael Ernesto Kieckbusch

CNF - Walter Tadeu Pinto de Faria

CNC – Antônio Lisboa Cardoso

CNA – Vânia Gomes Ataídes da Silva

Convidados

Ubiramar Mendonça – DATAPREV
Emanuel de Araujo Dantas – SPPS/MPS
Avelina Alves Lima Neta – SPPS/MPS
Andre Rodrigues Veras – CRPS/MPS
Paulo Cesar Almeida - DPSSO/SPPS/MPS
Clive Botelho – ABBC
Renato Oliva – ABBC
Cibele Magalhães Pinho de Castro – INSS
Elias Jose de C. Filho - MPS/AGEIN
Plínio Pavão – CUT
Célia Medeiros – SPPS/MPS
Marco Antônio Gomes Pérez - DPSSO/SPPS/MPS
Marcelo Pires Mendonça – SG/PR
Cícero Cavalcante – SG/PR
Melissa Miotto – INSS
Lucas M. Palma – Valor Econômico
Leste Ribeiro – ABBC

Ausências

MPS – Carlos Eduardo Gabas
MPS – Marcelo Siqueira Freitas
MPS – Rogério Nagamine Costanzi
INSS – Sérgio Antônio Martins Carneiro
SPPC – Jaime Mariz de Faria Junior
SRFB - Daniel Belmiro Fontes
MF – Jefferson Luis Bittencourt
SINTAPI/CUT - Mário Sérgio Rodrigues da Conceição
SINDAP - Oswaldo Lourenço
COBAP – Moacir Meirelles de Oliveira
COBAP - Silberto Raimundo da Silva
CONTAG – Jose Wilson de Souza Gonçalves
CNM – Jamille Lavalle Carvalho de Moura

I – ABERTURA

Presidindo a Mesa, o Excelentíssimo Senhor Benedito Adalberto Brunca (MPS) abriu a 216ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS e deu por iniciada a reunião.

II – EXPEDIENTE

O Sr. Benedito Adalberto Brunca (MPS) saudou a todos e, em seguida, socializou a pauta dos trabalhos para essa reunião, sendo a mesma aprovada por todos os presentes. A seguir, o Sr. Presidente colocou para aprovação a Ata da 215ª Reunião Ordinária do CNPS, realizada no dia 23 de abril de 2015. Dispensada a sua leitura, a Ata foi submetida aos senhores conselheiros em regime de votação, sendo a mesma aprovada com ressalva feita pelo conselheiro Valeir Ertle, representante da CUT, que solicitou constar na referida Ata a sua solicitação de pautar em regime de urgência, o tema “*Novo Modelo de Perícia Médica*”. Na sequência, o Sr. Presidente colocou para aprovação a Moção nº 14, sendo a mesma aprovada por Unanimidade dos presentes.

III – Ordem do Dia

O Sr. Presidente chamou o ponto de pauta “Plano de Ação do INSS e do Ministério da Previdência Social que trata do Regime Geral”. O Sr. Elias José de C. Filho (MPS/AGEIN) apresentou de forma pormenorizada o Plano de Ação do Ministério da Previdência Social. Ele explicou em detalhes: As Estratégias utilizadas para a elaboração do Processo de Plano de Ação do Ministério da Previdência Social que trata do Regime Geral; os objetivos; o mapa estratégico; o desdobramento das estratégias na Previdência Social; centro de resultado da Previdência Social, comitê de modelos de gestão para resultados; informações para relatórios. Apresentação dos resultados das ações do SPPS; Elaboração e proposta para reestruturação do seguro contra acidentes; promoção das ações integradas e, por fim, a revisão da legislação previdenciária, objetivando a elaboração do plano em questão. A seguir, teve a palavra, a Sra. Cibele Magalhães Pinho de Castro (INSS) para consignar as ações realizadas na elaboração do Plano de Ação na esfera do INSS. Ela falou sobre todo o desdobramento das ações de planejamento; fez um comparativo do cenário anterior do INSS com o atual a partir desse novo modelo de

plano de ação. Ela também falou dos objetivos e de como foi montada a estruturação do planejamento no âmbito do INSS; da assessoria de comunicação dentro do INSS, Processo de homologação das metas das agências de atendimento; institucionalização dos indicadores dos resultados; criação do ambiente de monitoramento comunicação social institucional efetiva; avaliação trimestral e mensal das ações e, consolidação das informações das agências de atendimentos. Afirmou que atualmente o INSS busca ter excelência em satisfação do cliente. Concluídas as apresentações, o Sr. Presidente abriu a palavra para as considerações do Pleno. Inicialmente teve a palavra, a Sra. Elisete Berchiol da Silva Iwai (Presidente – INSS) que ressaltou a importância do acompanhamento do Plano em questão. Ela falou do custo de atendimento; das reuniões realizadas com as Superintendências; Gerentes-Executivos para as reuniões de acompanhamento do dia a dia, objetivando fazer direcionamentos e estratégias importantes para o êxito do Plano de Ação. A seguir, manifestaram-se: Antonio Cortez Morais (Força Sindical); Evandro José Morello (CONTAG); Valeir Ertle (CUT); Rafael Ernesto Kieckbush (CNI); Antonio Lisboa (CNC) e Vânia Gomes Ataídes da Silva (CNA). Registre-se que todos os conselheiros acima citados teceram elogios e parabenizaram ao INSS pela propositura do Plano de Ação, entretanto, eles pontuaram algumas questões que careciam esclarecimentos, quais sejam: Negativa da perícia ao segurado, o que fazer? Como se dará o processo de aperfeiçoamento? Qual o critério de avaliação das agências; onde é possível aprimorar o sistema? Potencializar as informações junto às empresas; o papel do CRPS, evitar que ações sejam enviadas ao judiciário, agendamento de perícia médica; data do agendamento da perícia retornar para a empresa; acordo de cooperação técnica. As indagações foram esclarecidas pela relatora da matéria e a Presidente do INSS. O conselheiro Valeir Ertle (CUT) solicitou pautar Perícia Médica na próxima reunião. A Sra. Elisete Berchiol da Silva Iwai (Presidente – INSS) disse ser importante pautar para próxima reunião uma discussão que aborde todo o processo, isto é, onde estão as dificuldades do Plano de Ação do INSS quanto do Ministério da Previdência Social. Na continuidade, o Sr. Presidente chamou o segundo item de pauta, logo, “Apresentação sobre Participa Brasil sobre PPA 2016/2019”. O item em destaque foi apresentado pelo Sr. Cícero Cavalcante (SG/PR), este, após saudar os presentes iniciou a sua apresentação e, destacou: Como está sendo o processo de construção do PPA, no que se refere à participação social, ou seja, Participação Social nas Conferências; Discussão de políticas públicas setoriais e debate estratégico do projeto de Nação;

Participação Social no PPA; Consolidação do planejamento participativo e controle social sobre políticas públicas e orçamento; Novos sujeitos, Participação Social Digital; linguagens e práticas sociais interagindo com o Governo e Sociedade; Participação Social – Conferências: Diversidade, aprimoramento e projetos estratégicos; Agenda de Conferências e suas respectivas etapas; Participação Social – PPA: Participação social: Em todas as etapas de elaboração e revisão; Monitoramento: Controle Social sobre os programas estratégicos; Canais Digitais: Metodologias inovadoras de participação. Na continuidade, o Sr. Marcelo Pires Mendonça (SG/PR). Ele falou das conferências via Decreto Presidencial e de todo processo de convocação e ações. Por fim, ele convidou a todos participarem do Fórum Dialoga Brasil PPA 2ª Edição, nos dias 28 e 29 de julho. Em função do horário, o Sr. Presidente retirou de pauta o item “Previdência Social e o Envelhecimento Populacional”, o mesmo será apreciado na próxima reunião.

IV – Informes

O Sr. Marco Antônio Gomes Pérez (DPSSO/SPPS/MPS) fez o informe sobre a Comissão Tripartite de Saúde e Segurança do Trabalho – CT-SST. Ele disse que existe uma comissão tripartite, que tem por objetivo monitorar a Política Nacional de Saúde e Segurança do Trabalho, essa comissão, ela nasceu a partir de uma Resolução da Conferência Nacional da Saúde do Trabalhador, no ano de 2005 e foi convocada por 3 Ministérios, quais sejam: Ministério da Previdência Social; Ministério da Saúde e Ministério do Trabalho e teve uma diretriz passada de uma forma clara, que a política nacional adotada para a saúde e segurança do trabalhador deveria ter caráter intersetorial de governo e, assim, se criar uma política de estado intersetorial, a partir da constituição de 98, ela incluiu a saúde do trabalhador como parte universal de direito a saúde. Em 2008, por iniciativa do Ministério da Previdência Social foi montada a Comissão Tripartite de Saúde e Segurança do Trabalho com o objetivo de montar uma proposta de uma Política Nacional de Saúde e Segurança do Trabalho integrada com a participação das partes do governo que devem executar essas ações, tanto as partes diretas ou indiretas. A seguir, ele também falou sobre os objetivos e estratégias dessa comissão; Política Nacional sobre Segurança e Saúde no Trabalho - PNSST e Decreto Nº 7602/2011. Ele também abordou sobre o Plano Nacional em Segurança e Saúde no Trabalho – PLANSAT, seus Objetivos e Estratégias. Destacou que o PLANSAT já foi elaborado e está em revisão pela comissão e cada ano a coordenação fica a cargo de um dos

Ministérios que fazem parte da referida comissão. Concluída a apresentação, o Sr. Presidente solicitou ao relator que encaminhasse via e-mail, a apresentação a todos os membros do Conselho. O Sr. Paulo Cesar Andrade Almeida (MPS) fez um breve informe acerca do GT FAP. *“Os informes relacionados às propostas de alteração do FAP, o método do cálculo do FAP apresentada no ano passado estão sendo discutidas no âmbito de um grupo de trabalho também constituído por esse Conselho, a primeira reunião foi realizada no mês de abril e hoje teremos a segunda reunião. Na primeira reunião discutimos as propostas, inclusive no contexto das medidas provisórias 664 e 665 que são sobre o FAP. A bancada patronal irá apresentar uma nova proposta, nós temos 7 itens de propostas e a bancada patronal vai apresentar uma proposta de questão de desempate de empresas na mesma atividade econômica. Avançamos no consenso da necessidade do cálculo do FAP por empresa e por estabelecimento e já estamos fazendo esse ano, só estamos em dúvida e já fizemos uma consulta a CONJUR que foi encaminhada pelo próprio GT, uma consulta a consultoria jurídica do Ministério da Previdência Social para verificar se vamos calcular o FAP ou divulgar o FAP por estabelecimento e por empresa ou só por estabelecimento, uma vez que o entendimento do judiciário da própria Receita Federal é a saúde do trabalhador, olhar sobre o estabelecimento e a empresa como um todo. Essa consulta provavelmente vai ser compartilhada com a própria Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e, assim que tivermos um retorno, vamos discutir no âmbito do GT para se divulgar o FAP por estabelecimento, caso as outras propostas não tenham sido avançadas para se discutir tudo em uma única oportunidade. Nesse grupo de trabalho assim como foi apontado no final do ano passado, estamos discutindo não só o FAP, assim como todo seguro de acidente de trabalho. na última reunião foi solicitada uma apresentação ao Ministério de como foi feito o cálculo da alteração das alíquotas em 2009 com vigência em 2010 e essa apresentação será feita no grupo de trabalho na tarde de hoje”.* Concluído esse informe, fez uso da palavra, o Sr. Renato Oliva, representante da ABBC – Associação Brasileira de Bancos, este, após saudar os presentes trouxe como informe a preocupação da Associação Brasileira de Bancos e do sistema financeiro como um todo. A seguir, ele falou das pesquisas realizadas pelo IBOPE em 2005 e 2013 e os principais motivos para aquisição do Empréstimo Consignado; Do Contexto do crédito consignado, logo, Teto do INSS de 2,14% a.m.; Forte elevação da SELIC nos últimos 2 anos, atualmente no patamar de 13,25% a.a. (1,03% a.m.); Elevação de aproximadamente 60% do custo de

processamento da Dataprev, impactando toda a carteira de empréstimos de R\$ 0,70 para R\$ 1,10; Elevação dos custos administrativos dos bancos, com inflação no período de 22% (IPCA); Elevação do custo de captação dos bancos médios diante do atual cenário econômico em média, elevação de 112% para 122,5% do CDI nos últimos 3 anos; Forte perda de competitividades dos bancos médios; Descolamento da política de vínculo do teto de juros com a Selic; Spread bancos médios; Evolução do spread dos bancos médios frente ao teto INSS; Concentração bancária: Redução da quantidade de bancos operando com Consignado; Bancos com produção mínima de R\$ 5 milhões. Ele também apresentou o resumo comparativo, isto é, comparação do cenário atual x Mai/2012, quando foi estabelecido o atual teto de 2,14% a.m. para o INSS. Proposta: Considerando: Forte mudança do cenário econômico; Aumento expressivo da Selic; Forte recrudescimento do custo de captação; Elevação de 60% do custo da Dataprev; Inflação de 22% desde a fixação do último teto; Aumento dos custos administrativos. Considerando a forte mudança do cenário econômico: Aumento expressivo da Selic; Forte recrudescimento do custo de captação; Elevação de 60% do custo da Dataprev; Inflação de 22% desde a fixação do último teto; Aumento dos custos administrativos e, finalmente apresentou os Juros pagos pelo Empréstimo Consignado e Cartão Consignado. Outrossim, o Sr. Renato Oliva solicitou a possibilidade de uma discussão mais aprofundada sobre o informe no âmbito de um grupo de trabalho. Concluído esse informe, o Sr. Presidente abriu a palavra para as manifestações do Colegiado. O Presidente Sr. Benedito Brunca (MPS) ressaltou que a posição do Governo era contrária ao aumento das taxas que já foram aprovadas pelo conselho, pois o Governo entende que ainda há possibilidade do mercado assimilar as taxas que estão sendo cobradas. Fizeram uso da palavra: Luiz Adalberto da Silva (COBAP); Antonio Cortez Moraes (Força Sindical); Walter Tadeu Pinto de Faria (CNF); Andréa Angerami Correa da Silva Gato (SINDNAPI); Antonio Lisboa (CNC). O conselheiro Valeir Ertle (CUT) manifestou que esse Conselho não deve aprovar nenhum aumento da taxa de juros e que se deve manter a taxa que já é cobrada. O conselheiro Miguel Salaberry (UGT) também se manifestou contrário ao aumento da taxa de juros destacando a não necessidade de o GT reunir-se.

V – OUTROS ASSUNTOS

O Sr. Presidente definiu com os conselheiros a pauta da 217ª Reunião do CNPS, a ser realizada no dia 25/06/2014 que ficou assim estabelecida: i) “Perícia Médica”; ii) “Previdência Social e o Envelhecimento Populacional”.

V – ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a 216ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS. Em seguida foi realizada visita à sala de monitoramento do INSS. Para constar, eu, Benedito Adalberto Brunca (MPS) lavrei a presente Ata. Brasília, 26 de Maio de 2015.